

ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS E NARRATIVAS EPSÓDICAS: IMPRENSA E MEMÓRIA NAS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DE 1932 NA BAHIA.

José Alves Dias¹

Carlos Nássaro Araújo da Paixão²

Resumo: A Revolução Constitucionalista, ocorrida no estado de São Paulo, em 1932, mobilizou professores e estudantes da Faculdade de Medicina, em Salvador, na Bahia, com a finalidade de garantir a autonomia das oligarquias locais, expulsar o interventor Juracy Magalhães e pressionar pela instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte. As manifestações estudantis foram noticiadas na imprensa baiana e narradas em livros de memória do emissário de Getúlio Vargas, contudo, os fatos relatados expressam muito mais a permanência do fisiologismo político das oligarquias que a “Revolução de 1930” pretendeu combater do que o liberalismo

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor Titular do Departamento de História e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: <jdiashistory@gmail.com>.

² Doutor em Memória pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Professor do Instituto Federal Baiano (IFBAIANO), *Campus Guanambi*. E-mail: <carlos.hyst@gmail.com>.

independente que os tenentes revoltosos, de 1922, e os conspiradores que destituíram Washington Luís, em 1930, planejaram estabelecer.

Palavras-chave: Imprensa, Memória. Movimento Estudantil. Vargas.

Abstract: The Constitutionalist Revolution, held in the state of São Paulo in 1932, mobilized teachers and students from the Faculty of Medicine in Salvador, Bahia, in order to guarantee the autonomy of the local oligarchies, expel the agent Juracy Magalhães and press for the installation of a National Constituent Assembly. The student movement were reported in the newspapers of Bahia and narrated in books of memory of the emissary of Getúlio Vargas, however, the facts described express much more the permanence of the political physiology of the oligarchies fought by the "Revolution of 1930" than the independent liberalism that the insubordinate lieutenants of 1922, and the conspirators who deposed Washington Luís in 1930, planned to establish.

Keywords: Press. Memory. Student Movement. Vargas.

Introdução

A expansão da economia cafeeira para o Oeste Paulista, na segunda metade do século XIX, aumentou, sobremaneira, a exportação do produto e proporcionou grande concentração da riqueza na oligarquia paulista. Os dividendos outrora destinados à cana-de-

açúcar asseguraram, ainda, a expansão do comércio, a construção de ferrovias e o aumento significativo da população urbana.³

Apesar das crises sucessivas, ocorridas no início do século XX, vários arranjos econômicos e políticos, tais como o “Convênio de Taubaté” (1906) e a “Política dos Governadores” (1894-1930) fortaleceram o setor agrário ligado ao café e permitiram grande autonomia daquela região, frustrando as expectativas de ascensão à presidência da República dos produtores rurais fixados nos demais estados da federação.

A manutenção da hegemonia de São Paulo, por meio da manipulação dos mecanismos eleitorais, teve como consequência a formação de uma oposição sistemática, denominada de “Aliança Liberal”, que interferiu nos resultados eleitorais de 1930, destituiu o presidente da República Washington Luís Pereira de Sousa e impôs Getúlio Dornelles Vargas como chefe do Poder Executivo.

Em contrapartida, os derrotados organizaram a Revolta Constitucionalista contra o Governo Provisório de Vargas que arrogara para si amplos poderes. A situação se aprofundou quando, entre julho e outubro de 1932, uma sucessão de fatos violentos, incluindo a morte de quatro jovens paulistas durante um protesto, mobilizou setores economicamente privilegiados do estado de São Paulo e outros adjacentes.⁴

³ SILVA, Sérgio. *Expansão e Origens da Indústria no Brasil*. 8.^a ed., São Paulo, Editora Alfa Ômega, 2001.

⁴ Dentre as várias manifestações que ocorreram na cidade de São Paulo contra a interferência varguista na autonomia do estado um protesto, ocorrido em maio de 1932, no qual morreram *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

Notadamente, se tratava de um movimento onde os interesses oligárquicos, revestidos de um verniz liberal e constitucionalista, estavam bem manifestos, todavia, não se pode negar o envolvimento de milhares de combatentes civis nos conflitos armados e a militância política de intelectuais e estudantes oriundos das famílias abastadas da região.⁵

Notoriamente, grande parte das reivindicações dos revoltosos paulistas harmonizava-se com as aspirações sociais do tenentismo antigetulista e do liberalismo oligarca, tais como, a instalação da Assembleia Constituinte, o voto secreto e ampliado, como também, a fixação de uma legislação social abrangente. Porém, a disputa pelo poder federal foi a principal motivação dos setores das oligarquias estaduais para realizar e apoiar a conspiração contra o Governo Provisório, não obstante, o movimento armado de oposição a Getúlio Vargas e seus colaboradores resultou, também, numa flexibilização do autoritarismo intervencionista.⁶

A insatisfação dos cafeicultores paulistas foi, sobretudo, com o intento varguista de controlar as oligarquias regionais e centralizar o

Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade, foi o mais representativo para o início do movimento armado contra o governo Vargas que eclodiu em 9 de julho daquele ano. Sobre a questão da autonomia política ter sido a causa da Revolta Constitucionalista, consultar: CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵ Vários autores defendem a tese de uma “guerra civil” no país, dentre eles, HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. Todavia, os fatos conhecidos demonstram que o conflito, mesmo tendo grandes proporções e durando 85 dias, teve seu núcleo mais importante em São Paulo, não obstante o apoio de vários outros estados onde atuavam interventores de Vargas.

⁶ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília R. *A Revolução paulista*. História da República Brasileira. Vol. 8. São Paulo: Editora Três, 1998.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

poder presidencial que se esvaziara desde a ascensão de Prudente José de Moraes Barros, em 1894. Para efetivar tal intento, logo após a instituição do “Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil”, no dia 11 de novembro de 1930, Getúlio Vargas inaugurou um período de sucessivas violações da ordem constitucional estabelecida em 1891.

Na Bahia, o movimento de solidariedade aos paulistas se organizou com a participação efetiva de estudantes secundaristas e universitários. A Faculdade de Medicina (FAMED) foi o cerne das manifestações, contudo, o tradicional Ginásio da Bahia, criado em 1837, e que abrigava uma restrita e privilegiada parcela dos colegiais baianos, bem como, alunos dos cursos de Direito e Engenharia, se juntou de maneira intensa aos protestos e reivindicações da “Guerra Paulista”.⁷

O governo inconstitucional foi representado na Bahia pelo militar cearense Juracy Montenegro Magalhães que só foi designado interventor, por indicação de Juarez Távora, quase um ano após o impedimento da posse de Júlio Prestes, o sucessor eleito do carioca deposto.⁸

⁷ OLIVEIRA, Eduardo de Sá. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.

⁸ A escolha de um interventor federal foi um processo lento e complicado para Getúlio Vargas que tinha poucos adeptos na Bahia. Apesar da conspiração que resultou na “Revolução de 1930” ter ocorrido em 3 de outubro do referido ano, iniciando-se em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e alcançando, posteriormente, várias capitais do Norte (incluindo a atual região Nordeste), do Sul (abrangendo os estados de Minas Gerais e São Paulo) e o Rio de Janeiro (à época Distrito Federal), Juracy Magalhães, depois de ter sido antecedido por outros civis, somente assumiu a condição de interventor em 19 de setembro de 1931. A indicação de Juracy Magalhães foi o estopim para a criação do movimento autonomista capitaneado pelos *Cordis*. *Dimensões do Regime Vargas*, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

O tenente forasteiro, como passou a ser denominado pelos coronéis de oposição, ao assumir o comando estadual, manteve o perfil discricionário do Palácio do Catete controlando os jornais de oposição durante todo o período de sua atuação e reprimindo intensamente as manifestações de apoio à Revolução Constitucionalista de 1932. Ao narrar suas memórias, porém, Juracy Magalhães explicita um acordo tácito de convivência com parte da oligarquia derrotada em 1930 e desnuda as fissuras e as combinações típicas do sistema oligárquico brasileiro.⁹

A tentativa de compreender a relação entre as oligarquias, os tenentes e os bacharéis das faculdades tradicionais do país tem sido, há muito tempo, um desafio para os estudiosos do período de governança varguista. Em princípio parece existir uma tensão política entre grupos sociais distintos que resolvem suas diferenças com hostilidades e desavenças que, por vezes, chegam a beligerância e resultam em mortes violentas. Todavia, estendendo o olhar para conjunturas mais amplas e duradouras é possível observar que os comportamentos reiterados de práticas dominadoras aproximam os

opositores José Joaquim Seabra, Otávio Mangabeira, Simões Filho, Pedro Lago, Miguel Calmon, entre outros, que controlavam a imprensa local, conforme relata o próprio interventor em GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 128 – 153. Juracy manteve-se leal a Getúlio Vargas durante todo o “Governo Provisório”, concluído em 1934, e foi eleito indiretamente governador, em 25 de abril de 1935, portanto, antes da promulgação da Constituição do Estado da Bahia, em 20 de agosto do mesmo ano. O militar cearense rompeu com seu líder após o estabelecimento do Estado Novo.

⁹ As dissensões entre os seabristas, grupo formado em torno de José Joaquim Seabra, e os calmonistas e mangabeiristas, constituídos por aliados de Góis Calmon e Otávio Mangabeira, respectivamente, assim como, os arranjos entre os líderes citados e Juracy Magalhães estão referidos em TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10.^a ed. (revista e ampliada) São Paulo: UNESP/ Salvador: EDUFBa., 2001, p. 377 – 390.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

referidos grupos e os distancia das classes populares, cujas demandas sequer aparecem na pauta dos conflitos.

Ao comparar as narrativas da imprensa baiana e do interventor de Vargas sobre as repercussões da Revolta Constitucionalista de 1932, na Bahia, percebe-se que os sujeitos históricos evocados são os proprietários de terras, os oficiais militares e os bacharéis das faculdades de medicina, direito e engenharia que, via de regra, ao concluírem seus estudos ocupavam os postos de comando da política estadual e nacional. O respaldo dos estudantes baianos à causa paulista está revestido de uma identidade social com o setor agrário e, ao mesmo tempo, inserido nas disputas políticas para a sua manutenção no poder. Da mesma forma que oligarcas e liberais destituídos do poder em São Paulo buscavam desvencilhar-se da intervenção e das medidas autoritárias impostas por outros segmentos de perfil semelhante que se apropriaram indevidamente do poder, os seus congêneres na Bahia atuavam em condições análogas.

Diante do exposto, a problemática apresentada deriva de consulta a documentos impressos e narrativas pessoais que se apresentaram como instrumentos de análise. Os periódicos consultados foram o *Diário de Notícias*, *O Imparcial* e *A Tarde* que possuem grande circulação e representavam os grupos formados na transição entre o Império e a República. As memórias de Juracy Magalhães são delineadas por meio das obras *Minha Vida Pública na Bahia* (1957); *Minhas Memórias Provisórias*, (1982) e *O Último Tenente*, (1996). Tanto as notícias divulgadas quanto as narrativas de *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

memórias aqui delineadas, são representativas de uma conjuntura em que os interesses de classe, ainda que muito definidos, aparecem como contraditórios nos relatos sobre os episódios de 1932. Alguns fatos referentes ao período parecem incoerentes se observados isoladamente, porém, a relação estreita entre os tenentes e as oligarquias fica evidente à medida que são analisados num contexto mais amplo.

Pretende-se demonstrar que, não obstante os conflitos estabelecidos em 1932, que opõem setores das oligarquias e do movimento tenentista, a relevância histórica é dada aos sujeitos da classe dominante enquanto a participação popular é inexistente ou silenciada pela memória. A análise posterior, sem negar as motivações reais que implicaram no confronto armado iniciado em São Paulo e muito menos recusar a sua importância como fator determinante para frear os impulsos autoritários dos interventores e do Governo Provisório, tem a finalidade de explicitar as diferenças entre conflitos pontuais dentro de uma mesma faixa de estratificação social e as disparidades estruturais da sociedade brasileira nas primeiras décadas da República.

Enquadramentos noticiosos da imprensa baiana¹⁰

No dia 13 de agosto de 1932, um grupo significativo de professores e alunos se reuniu na Faculdade de Medicina da Bahia,

¹⁰ A utilização seletiva de aspectos ou fatos para abordar uma notícia é uma teoria desenvolvida Gregory Bateson e Erving Goffman aqui referenciada para fazer analogia com a forma pela qual Juracy Magalhães filtrou as matérias a seu respeito nos jornais da Bahia. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

criada por Dom João VI, em 1808, e deu início ao movimento de apoio à Revolução Constitucionalista. No dia 22 de agosto, do mesmo ano, ocorreu uma nova concentração de jovens, no mesmo local, com vibrantes discursos em prol do movimento ocorrido em São Paulo.¹¹

Juracy Magalhães ordenou um cerco policial ao prédio da antiga Escola de Cirurgia, que havia recebido o nome de Faculdade de Medicina exatamente no ano de 1832, contra a qual foram realizados disparos de armas de fogo ferindo vários participantes e atingindo mortalmente uma pessoa. Após a rendição dos amotinados, mediada pelos professores Aristides Novis, Martagão Gesteira, Eduardo de Moraes e Estácio Lima, centenas de prisões foram efetuadas e os jovens conduzidos para a penitenciária do Engenho da Conceição. Além disso, o opositor seabrista Nelson de Sousa Carneiro foi deportado para o Rio de Janeiro.¹²

Os três dos maiores jornais em circulação na capital baiana, no início da década de 1930, adotaram discursos diferentes em relação aos acontecimentos acima relatados e isso se explica pela posição tomada por cada um deles na conjuntura sócio-política após 1930. A censura estabelecida foi o fator preponderante para a divergência entre os periódicos locais, visto que a cobertura de um jornal dependia de suas relações estabelecidas com o interventor e isso indicava o nível de controle exercido pela Interventoria Federal. Com efeito, conforme avalia Luciana Soutelo:

¹¹ TAVARES, op. cit., 2001, p. 391 – 392.

¹² TAVARES, op. cit., 2001, p. 391 – 392.

As fontes de imprensa permitem, por um lado, através da análise dos jornais que participam mais diretamente no processo de formação da opinião pública – ou a *grande imprensa* –, a compreensão da construção/consolidação dos discursos memoriais dominantes no espaço público, assim como do *combate pela memória* em torno da hegemonização no sentido da interpretação do passado.¹³

Neste caso, o *Diário de Notícias*, de propriedade de Altamirando Requião, no início do governo de Juracy Magalhães, demonstrava um apoio crítico ao interventor.¹⁴ No dia 23 de Agosto de 1932, em matéria de capa, destacou que, depois dos momentos de tensão, a cidade amanheceu “em absoluta calma, com a ordem pública normalizada”.¹⁵

O relato dos fatos foi acompanhado da divulgação de uma nota oficial do Gabinete do Interventor, na qual todo o movimento foi atribuído aos “remanescentes da velha politicagem *perrepista* da Bahia”.¹⁶

Percebe-se aqui uma tentativa de deslegitimar a mobilização dos estudantes associando-a somente aos grupos destituídos do poder em 1930. Por conta disso, no inquérito policial, que foi instaurado

¹³ SOUTELO, Luciana de Castro. *A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas: revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX*. 594 fls. Tese de doutoramento. Porto: Universidade do Porto, 2015, p. 10. (Grifos da autora)

¹⁴ O diretor do jornal, Altamirando Requião, teve sua eleição cassada pelas oligarquias que governaram a Bahia até outubro de 1930. Portanto, o apoio à nova situação significava a possibilidade de uma ascensão política que lhe fora vetada pelas forças anteriores. O apoio a Juracy Magalhães, velado até 1934, se tornou aberto, militante e panfletário a partir da indicação e eleição do professor e jornalista para a Câmara Federal pelo PSD, naquele mesmo ano.

¹⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/08/1932, p. 01.

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Republicana, Caixa 42, Pacote 01, Inquérito Policial.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

após o incidente, os policiais buscaram a todo instante, nos interrogatórios, saber da participação de estudantes em uma suposta conspiração, planejada por oficiais da força pública, que estava em curso para derrubar o interventor.

Na continuação, o jornal passou a defender os atos da Interventoria, destacando que os estudantes foram ingênuos e serviram como massa de manobra utilizada pelos políticos da situação decaída:

A mocidade acadêmica foi o elemento fácil de exploração. Geraram um ambiente que determinou a rebeldia por parte dos acadêmicos de Medicina, que ocuparam militarmente o edifício da tradicional escola, iniciando o motim, na esperança de adesões.¹⁷

Enquanto estratégia para garantir a legitimidade da ação governamental, o relato jornalístico, que funcionava como porta-voz da Interventoria, buscava construir um consenso através da defesa das ideias e dos objetivos políticos do grupo que estava se formando sob a liderança do interventor indicado por Vargas. Para atingir tal propósito colocou-se como a encarnação da vontade do povo baiano:

O povo baiano, por todas as suas classes sociais, manifestou-se solidário com o Governo. Este, podendo, agir pela força, dispondo de todos os meios para tomar militarmente o velho edifício de nossa tradicional Escola, preferiu isola-la e aguardar que o bom senso vencesse a paixão de alguns, a boa fé de outros, deixando desmascaradas as raposas, que procuram fugir às suas grandes e criminosas responsabilidades.¹⁸

¹⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/08/1932, p. 01.

¹⁸ Idem, ibidem.

Destaque-se, nesse trecho, a tentativa da criação de um clima de unanimidade em relação ao governo, a partir da afirmação de que o povo baiano, sem distinção de classe, estaria solidário com as atitudes governamentais.

Ainda exercendo sua função de porta-voz oficial da interventoria, a mesma edição do *Diário de Notícias* publicou uma nota, editada diretamente do Gabinete do interventor Federal: “O Governo do Estado torna público que não mais permitirá reuniões de caráter político”.¹⁹ Este decreto estava em clara contradição com a presumida intenção de se criar um clima de normalidade da situação política no estado da Bahia, notadamente após o episódio que, até aquele instante, era o mais grave nas tensas relações entre Juracy Magalhães e os seus opositores.

O *Imparcial*, possivelmente justificado pela censura à imprensa vigente no país e adotada pelo interventor federal, não escreveu ou publicou nenhuma linha após o evento. O jornal somente se pronunciou no dia 25 de agosto, através de uma matéria lacônica e a publicação de uma nota oficial da Interventoria. As informações e o teor do comunicado governamental eram semelhantes daquele anteriormente publicado no *Diário de Notícias*.²⁰

No *A Tarde*, a repercussão do movimento foi marcada apenas pelo relato de uma visita de solidariedade aos presos, entre os quais, o

¹⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/08/1932, p. 01.

²⁰ O IMPARCIAL, 25/08/1932.

advogado e jornalista Luís Viana Filho que, além de colaborar com a publicação vespertina, pertencia a uma das famílias tradicionais de Salvador vindo a ser, posteriormente, eleito para a Academia Brasileira de Letras (1954), deputado federal (1935-1967), governador indicado (1967-1971) e senador (1975-1990).

A relevância da descrição acima não está na biografia do escritor e político baiano, mas no fato de que, por ocasião do movimento em apoio à Revolução Constitucionalista, ele era um egresso da academia de Direito que, como tantos outros herdeiros da oligarquia, alçou cargos importantes na República. Além disso, constituiu-se parte da Concentração Autonomista da Bahia, que adiante se transformou em partido político, à qual pertencia, também, Ernesto Simões Filho, dono do jornal de caráter liberal como indicava o editorial de sua primeira edição:

A luta pelos mais nobres deveres da civilização não pode deixar de ser a nossa preocupação assídua e constante [...] praticar a honra, a franqueza, a liberdade mais livre no uso da palavra escrita, eis o nosso compromisso com o nobre povo baiano. ²¹

Apesar de todos os fatores elencados, o jornal *A Tarde* não divulgou nenhuma nota criticando ou elogiando o interventor. Segundo relatório de fevereiro de 1933, o noticioso, de propriedade de

²¹ A TARDE, 15/10/1912, p. 1.

Ernesto Simões Filho, aliado do governo anterior e opositor ativo da Interventoria, estava completamente arrolhado pela censura.²²

Não obstante, em 22 de agosto de 1934, após o fim da censura, da promulgação da Constituição e do processo eleitoral visando o preenchimento de vagas para a Câmara Federal, o *A Tarde* publicou matéria comemorativa dos eventos ocorridos dois anos antes. De autoria do autonomista Aloysio de Carvalho Filho, o texto repercutiu a polêmica, travada em dois livros, envolvendo José Joaquim Seabra e Juracy Magalhães.²³

Ao rememorar a prisão de estudantes, professores e jornalistas, o autor do artigo dotava o evento um sentido de mobilização para a refrega eleitoral que se avizinhava. Para os opositores, os feitos da Interventoria de Juracy Magalhães, no dia 22 de Agosto de 1932, tornaram-se a prova cabal e a marca indelével da truculência do regime que havia designado um forasteiro para guiar os destinos da Bahia.

Volto à matéria precisamente na data que recordará por todos os tempos a humilhação que se pensou impor, nesta terra generosa, à flor das suas academias e do seu magistério superior, e de que somente seriam capazes governantes divorciados da Bahia, porque a ela estranhos, e nela alçados pela força das armas.²⁴

²² Gabinete Civil da Presidência da República, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, p.05.

²³ O livro intitulado *Humilhação e Devastação na Bahia*, publicado em 1933, foi fruto da reunião de uma série de entrevistas concedidas pelo experiente político baiano ao jornal carioca *A Batalha*, em que consta uma série de críticas e ataques à Juracy Magalhães, que respondeu com outra publicação em 1934, *Defendendo meu Governo*, abrindo mais uma frente de disputas entre o interventor varguista e os seus adversários, na Bahia. O evento em questão teve grande destaque nas duas publicações.

²⁴ A TARDE, 22/08/1934.

A imprensa baiana era controlada, em parte, por antigos grupos oligárquicos protagonistas do pacto liberal que foram deslocados do poder pela “Revolução de 1930”.²⁵ Nos noticiários eles demonstraram todo o seu ressentimento por terem sido preteridos por Getúlio Vargas. Na mesma medida, outra parte, que estivera contra a deposição de Washington Luís, aderiu ao interventor para preservar os interesses e compromissos políticos que sempre marcaram a sua trajetória.

Portanto, a centralidade do debate jornalístico estava muito mais na disputa pelos espaços políticos locais do que em torno da liberdade constitucional obliterada pelo Governo Provisório. Haja vista que, até o final dos anos 1920, Francisco Marques de Góis Calmon era aliado de Washington Luís e seus correligionários estiveram envolvidos na candidatura de Júlio Prestes à presidência da República. Na corrente contrária, José Joaquim Seabra, líder de uma forte corrente política na Bahia nos anos 1910, apoiou a candidatura de Vargas e Aliança Liberal. Adiante, nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1933, resultado da mobilização da Revolta Constitucionalista, o chefe seabrista e o Otávio Mangabeira, ex-

²⁵ Os autores consideram que a expressão “revolução” é inapropriada para caracterizar os fatos ocorridos em 1930, todavia manteve a designação entre aspas por se tratar de uma ocorrência comum na historiografia brasileira. No que tange à revolta ocorrida em São Paulo, em 1922, a terminologia foi mantida, pois, ainda que não tenha provocado mudanças significativas na estrutura política ocorreu o envolvimento generalizado de vários setores da população e definiu-se uma pauta ameaçadora à ordem vigente.

ministro das Relações Exteriores de Washington Luís, juntaram-se na Concentração Autonomista.

Juracy Magalhães, por sua vez, nomeou para o cargo de prefeito dos municípios do interior os opositores da “Revolução de 1930” e acercou-se dos coronéis Franklin Lins de Albuquerque e João Duque que dominavam parte considerável do território com as práticas eleitorais nefastas que a Aliança Liberal se propunha combater. Mais que isso, utilizou a censura como forma de controle e manietou a liberdade de expressão tão cara ao liberalismo propagado pelos tenentes revoltosos em 1922.

A cobertura periodista da Revolução Constitucionalista de 1922, na Bahia, desvenda, portanto, o caráter oligárquico do qual se reveste todo o processo, independente do posicionamento pela retomada ou não do viés constitucional pelo governo federal. Sendo assim, ao examinar os fatos aqui relacionados, tendo como fonte a imprensa baiana, é razoável admitir não ter havido flexibilidade, complacência ou liberalidade de Juracy Magalhães em relação aos seus opositores e, conseqüentemente, a reação ao intervencionismo se projetou em virtude da inacessibilidade de uma parcela da oligarquia aos cargos eletivos garantidos pela Carta Constitucional de 1891.

Aliás, o próprio Juracy Magalhães construiu em suas memórias um retrato de si que outorga à parcela da oligarquia derrotada o ônus da violência a que foram submetidos os participantes das manifestações favoráveis ao levante paulista. Parece não ter incomodado ao interventor a existência de motivações semelhantes

para apoiá-lo ou reprová-lo e, tampouco, os princípios liberais que impuseram a marcha dos produtores de café que, naquele momento, recebia o apoio de jovens paulistas contra a interferência em sua autonomia.

Memórias episódicas

A publicação de *Minha Vida Pública na Bahia*, em 1957, marcou os vinte e cinco anos da trajetória política de Juracy Magalhães, mesclando discursos proferidos pelo autor com relatos pessoais e alheios para impor impessoalidade à obra e auferir-lhe autenticidade. O prefácio do seu correligionário Rui Santos, por exemplo, foi um recurso artificial para ocultar o tom laudatório e elogioso à personagem.²⁶

Na produção em apreço, o militar, que naquele momento já possuía a patente de general, não abordou diretamente o confronto com os estudantes e professores da Faculdade de Medicina, contudo, procurou se eximir de quaisquer responsabilidades nos atos de violência que foram atribuídos à sua passagem pelo poder executivo da Bahia. Sobre si mesmo afirmou:

Não tenho nenhuma responsabilidade nas surras que foram dadas na Bahia, ao tempo do meu governo. [...] Pode ser que aqui e ali, [...], a palavra de ordem do tenente não tenha sido

²⁶ Rui Santos entrou na vida pública sob a influência do interventor varguista, na década de 1930 e, no momento da publicação, em 1957, encontrava-se ainda sob a liderança do então senador da República.

cumprida. Não há governo que se livre dos excessos de um ou outro correligionário.²⁷

Adiante, sem a preocupação de imiscuir-se profundamente nos fatos ocorridos em 1932, o líder juracista, preocupado com a sua imagem em tempos de democracia no Brasil, apressou-se em formular sua defesa pela voz do baiano Vital Henrique Batista Soares, um insuspeito adversário político que foi deposto do cargo de vice-presidente da República na mesma chapa que elegeu Júlio Prestes:

Porventura então, ao versar o período trágico-cômico das *Tenentias* ditatoriais, o historiador achará justo adicionar ao capítulo relativo à Bahia e de referência ao seu jovem interventor este subtítulo expressivo: ‘Um que usou sem truculências o arbítrio de mandar e desmandar’.²⁸

Cabe destacar que a afirmação em destaque foi proferida logo após as manifestações estudantis reprimidas por Juracy Magalhães, visto que, afastado da política o professor de Direito veio a falecer em 1933, vitimado por uma esclerose da qual se tratava há bastante tempo.

As memórias estão, portanto, recortadas de temporalidades que se adequam a um passado construído para responder às indagações do presente. No final dos anos 1950, o antigo representante do Governo Provisório já tinha se vinculado à União Democrática Nacional (UDN), frontalmente oposta a Getúlio Vargas, e se lançou como

²⁷ MAGALHÃES, Juracy. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957, p. 58.

²⁸ SOARES apud MAGALHÃES, 1957, p. 58 – 59.

candidato ao governo da Bahia, tendo sido efetivamente eleito pelo voto direto e passando a ocupar o cargo em 1959.

No segundo registro escrito de suas memórias, publicado em 1982, sob o título de *Minhas Memórias Provisórias*, Juracy Magalhães tratou de forma direta os fatos ocorridos na Faculdade de Medicina e os caracterizou como um movimento de subversivos e conspiradores. Além disso, reconheceu que a prisão de estudantes e professores, aliada à morte de um inocente, foi preponderante para que a sua memória ficasse ligada à imagem da violência e da truculência.

29

Mas, deixando escapar a faceta autoritária de quem, naquele momento de ditadura militar, já havia participado de três conspirações para derrubar presidentes eleitos, revelou as razões que, de fato, o levaram a punir os estudantes:

Mas infelizmente ocorreram alguns episódios desagradáveis que me valeram exatamente a acusação de truculência. Em 1932, a Liga de Ação Social e Política (LASP) – abertamente apelidada de ‘Liga dos Amigos de São Paulo’ – tentou levar o povo baiano, contra a minha orientação, a apoiar a revolta de São Paulo. Os conspiradores procuraram sublevar os estudantes, iniciando um movimento subversivo, posteriormente por eles próprios confessados.³⁰

Juracy Magalhães, ao rememorar o tempo da interventoria, partiu da premissa de que a Bahia deveria cerrar fileiras junto ao regime que o mesmo defendia e seguir a sua orientação. Lembrou o

²⁹ MAGALHÃES, op. cit. 1957.

³⁰ MAGALHÃES, op. cit. 1957.

tenente que, ao se comprometer com Vargas, para garantir a unanimidade do estado contra a refrega que se desenrolara em São Paulo, não poderia permitir que as suas ordens fossem questionadas e, por isso, a punição aos conspiradores era justificada.

Novamente, as memórias se ajustam ao presente de forma desafiadora, pois, tendo sido nomeado embaixador brasileiro nos Estados Unidos, pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, confrontou-se, novamente, com os estudantes baianos no dia 4 de junho de 1966 quando o tenente-coronel João Damasceno Mansur de Carvalho, que transitava nas imediações da reitoria da Universidade Federal da Bahia, em companhia de Juracy Magalhães, foi atingido por uma pedrada enquanto os estudantes faziam manifestações contra a censura de uma peça teatral. A tensão entre o integrante do governo e os estudantes aumentou quando, de punhos cerrados, embaixador fez apologia à ditadura. Mais uma vez, por inferência do general golpista, a repressão contra os participantes do ato veio em forma de jatos d'água, bombas de gás e golpes violentos.³¹

Apesar de provisórias, as lembranças estavam sendo evocadas num momento de absoluta repressão no país em que os opositores eram considerados “inimigos internos” e a tortura era o meio de investigação mais comum para desarticular o “perigo comunista”. Portanto, os episódios de 1932 tinham, naquelas circunstâncias, outro sentido uma vez que o suicídio de Getúlio Vargas e o Golpe de 1964

³¹ JORNAL DA BAHIA, 04/06/1966, p. 2.

havam colocado o ex-interventor numa zona de conforto em relação ao seu passado.

Somente em 1996, poucos anos antes do seu falecimento, Juracy Magalhães registrou e publicou, pela terceira vez, um livro de memórias organizado pelo jornalista José Alberto Gueiros, sob o título de *O Último Tenente*. Trazia para si, com a obra em tela, a responsabilidade de contar “a verdade sobre tantos fatos distorcidos da história contemporânea do Brasil”, segundo observou Gueiros.³²

Já idoso, há muito tempo dedicado à administração de empresas e sem perspectivas de manter a hegemonia política na Bahia, o único conspirador da Aliança Liberal, oriundo do tenentismo, que sobrevivera aos acontecimentos recentes do país se considerava, ao mesmo tempo, um aventureiro e um memorialista da nação.

O passado longínquo e o distanciamento temporal já permitia o reconhecimento da responsabilidade sobre a repressão aos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia solidarizados com seus companheiros subjugados por Vargas, em São Paulo, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. A descrição deixa transparecer as motivações para a punição aos envolvidos e, principalmente, as alianças que o permitiram assumir cargo de interventor federal no estado da Bahia.

Durante a revolução de 32, quando São Paulo armou-se contra Vargas, tive que enfrentar muitos adeptos desse movimento na Bahia. Eu não poderia compactuar com o

³² GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 15.

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

levante, estando aliado a Vargas e na chefia de um governo por ele outorgado. De resto, quase todo o Brasil, nessa época, uniu-se contra o que se chamava revolução separatista de São Paulo. Fui obrigado a prender quatrocentos estudantes rebeldes num pavilhão recém-construído na penitenciária de Salvador para que fossem ouvidos num inquérito.³³

Os elementos pontuais da narrativa ocultam completamente a conjuntura e os sujeitos históricos que se apropriaram dela demonstrando apenas a superfície dos fatos e as personagens mais evidentes da “Guerra Paulista”. Nenhuma referência às dissidentes oligarquias que disputaram o poder em 1930 e, tampouco, sua inserção na contestação de 1932.

Novamente, a seletividade da memória aponta para o episódio e, por isso, as ações de truculência teriam se transformado, pela pena dos seus adversários, em um símbolo da violência política e do autoritarismo do juracisismo:

Esse caso dos estudantes seria daí por diante muito explorado pelos meus adversários em todas as campanhas políticas. O Centro Acadêmico da Faculdade de Direito passou a fazer passeatas no dia 22 de agosto, lembrando a prisão de seus colegas em 1932. Eram protestos, quase sempre incentivados pela esquerda radical, visando denegrir a minha imagem junto à opinião pública.³⁴

O experimentado político e diplomata, para pacificar a sua consciência e arrematar o episódio, ressaltou que, na campanha para o

³³ GUEIROS, op. cit., p.24.

³⁴ GUEIROS, op. cit., p.24.

governo da Bahia, em 1958, por recomendação do filho Jutahy Magalhães, reaproximou-se dos estudantes de Direito da UFBA, após uma reunião onde explicou que o propósito da reação contra os insubordinados da década de 1930 era impedir o separatismo e promover, com Vargas, a união nacional.³⁵

Conjunturas duradouras

Para uma compreensão adequada da Revolta Constitucionalista de 1932 e seus desdobramentos na Bahia é imprescindível analisar a conjuntura brasileira desde o início do período republicano. A permanência dos proprietários rurais no ambiente político do Brasil mesmo após a ação militar de 1889, no Rio de Janeiro, demonstra que os oficiais que executaram a manobra de expulsão da monarquia para a Europa foram apenas operadores da oligarquia agrária insatisfeita, entre outras coisas, com a abolição da escravatura sem indenização e o descompasso da realeza com as mudanças econômicas e mercantis.

A monocultura, dependente de exportação, e o parco desenvolvimento industrial tornavam os produtores sujeitos às variações de preços e safras dos concorrentes estrangeiros. Ademais, a influência dos postulados republicanos e liberais, fortalecidos com a experiência francesa, e do liberalismo econômico, associado ao intenso funcionamento do maquinário britânico, inquietaram os antigos senhores de engenho e os hodiernos plantadores de café.

³⁵ *Ibidem.*

A pujança de sua dominação nas primeiras décadas da República dá a medida exata das suas ambições que foram se moldando de acordo com o modelo agroexportador mantido mesmo após o exílio forçado da família imperial em 17 de novembro de 1889. Exatamente pela permanência conservadora do modelo econômico e a manutenção do fisiologismo político, não obstante as premissas do liberalismo e do republicanismo, a disputa pelo controle do Estado e da gestão governamental em todas as esferas foram condições imperativas para a sobrevivência das oligarquias.

O contexto brasileiro da década de 1930 é de transição moderada de um modelo político e econômico esgotado para outro reformulado e adequado às novas exigências do capitalismo mundial. Equilibrando-se entre uma e outra coisa as oligarquias estaduais passaram a concorrer entre si e desvincularam-se de qualquer princípio de orientação filosófica ou política que não atendessem, na prática, a conveniência de seus objetivos imediatos.

A “Revolução de 1930” e a Revolução Constitucionalista de 1932 inserem-se, igualmente, nesse período histórico de maior dimensão, tendo em vista que as inferências da classe dominante têm sido muito semelhantes desde que D. João VI aportou no Brasil, em 1808, elevando a colônia à condição de Reino Unido a Portugal e abriu o caminho para a instauração de um Estado Nacional e consolidação de uma classe dominante independente.

A valorização do café possibilitou aos proprietários rurais do Estado de São Paulo o controle da burocracia estatal quando, em certo

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

momento, abdicaram do pacto nacional intraoligárquico em função da correlação de forças favorável. No extremo oposto, os gaúchos e mineiros, associados à defenestrada categoria dos senhores de engenho do Norte, romperam a legalidade estabelecida pelo pacto constitucional de 1891, firmado contra a nobreza ameaçadora, para ajustar politicamente a trajetória econômica que havia beneficiado a corrente paulista.

A conspiração contra Getúlio Vargas, ocorrida em 1932, no estado mais próspero do país, e que reuniu os grupos entrincheirados no topo da estratificação social, representa a culminância de uma hostilidade mútua entre esferas da oligarquia rural no Brasil que cresceu exponencialmente desde que Manuel Deodoro da Fonseca, entre outros participantes, movido pelo ideal positivista de Auguste Comte, desembainhou a sua espada.

Juracy Magalhães foi parte integrante dessa combinação entre o arcaico e o moderno, a agricultura e a industrialização, como também, das tensões entre as oligarquias agrárias do país. Ao impor censura aos impressos que noticiavam suas ações no governo ele cumpria um papel relevante para a manutenção de uma ordem equilibrada e necessária para a sobrevivência de vencedores e derrotados em 1930.

Suas memórias, escritas em 1957, quando ainda ecoava o tiro suicida de Getúlio Vargas; depois em 1982, quando os generais se anistiavam dos crimes de tortura praticados e se preparavam para sair incólumes da ditadura militar e, finalmente, em 1996, quando Fernando Henrique Cardoso, primeiro dos três sucessivos presidentes

da República ameaçados pelos militares golpistas, estava na fase inicial do seu primeiro governo, demarcam escolhas muito precisas para o momento da construção de narrativas sobre os episódios considerados relevantes na trajetória pessoal.

A memória é um fenômeno cuja construção não está dissociada dos demais sujeitos sociais e, tampouco, dos complicados labirintos que compõe a trajetória individual. Não se trata de fazer um julgamento da personalidade juracisista ou de considerar suas memórias um embuste, ao contrário, tais peculiaridades são constitutivas das reminiscências que reproduzem o *locus* social de quem se lembra.

Os acontecimentos ou fatos sociais são marcados pelo tempo cíclico da História, no qual as estruturas e os sistemas dominantes operam em constantes círculos dialéticos. Todavia, seus relatos são desprovidos de qualquer autocritica e, tampouco, oferecem a oportunidade de uma visão panorâmica da realidade brasileira. A censura jornalística foi providencial para recortar imagens e fatos como um mosaico para dar a impressão de uma superfície íntegra.

A narrativa trazida sobre as manifestações na FAMED, em 1932, é uma versão dominante construída com a intenção de ser universalizada e difundida pelo conjunto da sociedade. Como ocorre em geral, procedem da articulação entre os setores preponderantes que sintetizam numa mesma concepção, por vezes apenas assemelhada, o substrato da materialidade engendrada para conformar as relações de poder. É possível, por meio disso, perceber a operação ideológica que

Cordis. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

consiste em fazer com que as ideias particulares da classe dominante ganhem a aparência, para o conjunto da sociedade, de ideias universais conforme explicitado por Marilena Chauí.³⁶

Os fatos reconstruídos pela memória de Juracy Magalhães se constituem numa operação para torná-los perenes enquanto aqueles atingidos pela disseminação da censura passam por um processo de apagamento e silenciamento. No caso em estudo detectamos “a existência de um controle do uso da memória valendo-se da necessidade de manutenção e/ou reprodução de determinadas relações sociais”.³⁷

Retirar o fato histórico de sua condição episódica e conformá-lo numa conjuntura duradoura pressupõe analisar a evocação das memórias a seu respeito por meio de uma elaboração crítica, segundo a qual, os mecanismos de dominação da rememoração de tempos pretéritos são parte da construção da totalidade social e não um evento fortuito e casual.

Considerações finais

Durante os primeiros anos do Governo Provisório de Getúlio Vargas a função de Juracy Magalhães foi articular o poder local em

³⁶ CHAUI, Marilena. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. Organizador André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. p.124-126.

³⁷ MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação*. In: LOMBARDI, José Claudinei Et all (Orgs.). *História, Memória e Educação*. Campinas: Alínea, 2011 p.101. *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

torno das necessidades do Estado buscando, quando preciso, cooptar adversários e neutralizar os opositores para manter a sua hegemonia.

Evidentemente que os percalços encontrados nessa tarefa foram muitos e, nem sempre, o uso da força e da imposição de memórias imperiosas prevaleceram, pois, nesta disputa de versões, reverberaram os confrontos entre os grupos oligárquicos e assemelhados que estavam em disputa pela dominação política. Por vezes, Juracy Magalhães teve que fazer concessões aos setores aliados temporariamente do poder e, por outras, teve de tolerar a imprensa de oposição e os grupos estudantis que reagiram ao autoritarismo.

Ao propor uma análise sobre as circunstâncias em que ocorreram as manifestações estudantis na Bahia, em 1932, foi possível perceber, tendo como contraponto as interferências e lembranças de Juracy Magalhães, a dimensão coercitiva do fragmento oligárquico vitorioso em 1930 e suas estratégias para excluir os opositores ocultando, suprimindo ou desacreditando os seus relatos.

Todavia, mais que uma percepção crítica dos episódios isolados a dimensão expandida da temporalidade histórica identificou permanências no comportamento das oligarquias agrárias e aproximações entre as suas dissidências que podem ser mascaradas por narrativas individualizadas que retiram do contexto sua dimensão social e econômica.

Em síntese, a comparação entre os noticiários, impressos em 1932, e as memórias juracistas, ao longo de quatro décadas, proporcionou um conhecimento mais aprofundado da adesão dos *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

estudantes baianos ao movimento paulista contra a intervenção em sua autonomia como um movimento duplo de frações oligarcas em disputa pelo poder com reflexos importantes na Bahia. Os episódios fragmentados nas memórias de Juracy Magalhães foram encaixados em conjunturas duradouras e movimentados sincronicamente com a estrutura política e econômica do país nas décadas anteriores e posteriores com a pretensão de explicar a dialética do poder.

Referências

Bibliografia

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Organizador André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MAGALHÃES, Juracy. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

_____. *Minhas Memórias Provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação*. In: LOMBARDI, José Claudinei Et all (Orgs.). *História, Memória e Educação*. Campinas: Alínea, 2011

SOUTELO, Luciana de Castro. *A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas: revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX*. Tese de doutoramento. Porto: Universidade do Porto, 2015. 594 fls.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10.^a ed. (revista e ampliada) São Paulo: UNESP/ Salvador: EDUFBA., 2001.

SILVA, Sérgio. *Expansão e Origens da Indústria no Brasil*. 8.^a ed., São Paulo, Editora Alfa Ômega, 2001.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Republicana.

A TARDE. Edições selecionadas, 1912/1934.

BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. “O cerco e invasão da Faculdade de Medicina da Bahia em 22 de agosto de 1932 pelas tropas do interventor Federal Juracy Montenegro Magalhães”. *História da Medicina*. Salvador, s/d. Extraído de: <http://www.fameb.ufba.br/historia.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Edições selecionadas, 1932.

FMB. UFBA. Arquivo Geral da Faculdade de Medicina da Bahia. Ata da Sessão da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador, 1932.

OLIVEIRA, Eduardo de Sá. Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.

O IMPARCIAL. Edições selecionadas, 1932.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília R. A Revolução paulista. História da República Brasileira. Vol. 8. São Paulo: Editora Três, 1998.

TAVARES-NETO, José. Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Feira de Santana-BA: Editora da Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008.